

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS

01 Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze,
02 no auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN. O Presidente Divaldo Rezende dá boas vindas
03 a todos e diz que antes de iniciar gostaria de apresentar os novos conselheiros, em seguida passa a
04 palavra para a Secretária Executiva Marli Santos que informa que essas nomeações são do ano
05 passado, mas como não houve reunião estes serão apresentados hoje e faz leitura dos Atos nº 4889-
06 DSG, publicado no Diário Oficial nº 3.172, de 6/07/2010 e 769-DSG, publicado no Diário Oficial nº
07 3.329, de 23/02/2011. O Presidente agradece o envolvimento no tema ligado a Recursos Hídricos e diz
08 que é uma honra poder presidir esse Conselho e que acha que os conselheiros, assim como ele, sentem
09 o peso e a responsabilidade para 2011, diz ainda que o conselho é um instrumento extremamente
10 importante da política estadual de recursos hídricos, diz que água é tudo e que temos que debater e
11 propor políticas que possam garantir água com qualidade e quantidade para as gerações atuais e
12 futuras, água para o desenvolvimento, geração de energia, produção de alimentos e água para matar a
13 sede dos seres humanos e dos animais, mas também água que garanta a preservação da nossa
14 biodiversidade. Informa que está falando tudo isso para reforçar a importância desse conselho que
15 dentre outros benefícios garante transparência para a política do setor, participação dos diversos
16 usuários, mostra respeito que o governo do Estado tem com os moradores desse Estado e aqueles que
17 dependem da água, ou seja, todos nós. Em suma temos uma missão muito importante e tenho certeza
18 que os senhores assim como eu se sentem honrados em poder contribuir com a Política Estadual de
19 Recursos Hídricos. Em seguida o Presidente faz a verificação do quórum e declara aberta a 12ª
20 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e faz a leitura da pauta: 1. Abertura;
21 Ordem do dia: i) apresentação dos novos Conselheiros; ii) aprovação das Atas da 10ª e 11ª Reunião
22 Ordinária; iii) aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias para o ano de 2011; iv) aprovação do
23 Regimento Interno do CERH; 2. Palavra Livre; 3. Encerramento. O Presidente solicita a inclusão de
24 três pontos de pauta: i) definição do secretário executivo, com proposta de modificação da Lei e
25 Regimento Interno, ii) apresentação das diretrizes da Secretaria sobre o tema recursos hídricos, iii)
26 deliberar sobre a reunião extraordinária para o dia quatorze de março, para apreciação de parecer sobre
27 a criação de quatro comitês de bacias. Em seguida coloca em votação. Não havendo manifestação
28 contrária é aprovada por unanimidade. O Presidente diz que por questão de ordem será apreciado
29 primeiro a definição do Secretário Executivo, pois precisamos de alguém para conduzir a reunião e
30 apresenta a proposta: mudança na lei e regimento interno, pois está na lei hoje que o Diretor de
31 Recursos Hídricos e Meio Ambiente é o Secretário Executivo, e que este cargo não existe mais na nova
32 estrutura e, portanto a proposta é que o Secretário Executivo seja indicado pelo Presidente com
33 referendo dos conselheiros e ressalta que a intenção é o processo participativo, não é impor nada e a
34 preocupação é que se possa conduzir os trabalhos de forma cœsa e com o espírito de cooperação entre
35 todos os conselheiros. O Conselheiro Corombert (Seagro) pergunta como vai ficar o papel do
36 Secretário Executivo já que na lei diz que ele tem direito a voto e isso é uma discordância. A Secretária
37 Executiva informa que se o Conselho aprovar a modificação passar-se-á para a modificação da lei, pois
38 sabe-se que este conselho não tem poderes para modificá-la, o que estamos propondo é que uma vez
39 aprovada pelos senhores a Secretaria Executiva vai procurar modificar a lei junto à Assembléia
40 Legislativa. Não havendo manifestação contrária a proposta é aprovada. O Presidente pergunta aos
41 conselheiros se alguém tem interesse em ser o Secretário Executivo do Conselho? Não havendo
42 manifestação o Presidente indica Marli Teresinha dos Santos para o cargo, informa sobre as
43 experiências dela. Em seguida coloca em votação. O Conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que gostaria de
44 fazer uma colocação a título de cooperação e informa que a ocupação de espaços dentro do poder
45 público, tem recomendação legal para que seja feito por servidor de carreira e pergunta se a indicada é
45 do quadro e se no momento subsequente teremos a continuidade de ação deste perfil profissional?
46 Marli informa que é concursada desde 1991, pelo Ministério Público Estadual. Vilmar (SICTUR) diz
47 que não precisa dizer mais nada. O Presidente pergunta se tem mais algum questionamento? Não
48 havendo manifestação, coloca em votação e a proposta é aprovada. Em seguida o Presidente informa
49 que apesar das formalidades gostaria de conduzir os trabalhos de forma muito informal e solicita aos

50 conselheiros que se sintam bem à vontade e passa a palavra para a Secretária Executiva que prossegue
51 a seqüência de pauta: ii) aprovação das Atas da 10ª e 11ª Reunião Ordinária. A Secretária Executiva
52 pergunta se tem alguma consideração a ser acrescentada as Atas? Não havendo manifestação as
53 mesmas são aprovadas. O próximo ponto de pauta é iii) aprovação do Calendário de Reuniões
54 Ordinárias para o ano de 2011, sendo 13ª em 15 de junho, 14ª em 21 de setembro, e 15ª em 07 de
55 dezembro de 2011. A Secretária Executiva pergunta se tem alguma sugestão de modificação. Não
56 havendo sugestão o calendário é aprovado por unanimidade. E segue para o próximo item da pauta: iv)
57 aprovação do Regimento Interno do CERH e informa o histórico de construção do Regimento Interno,
58 iniciado em 2006 e que durante esses debates foram levantados pontos polêmicos e Corombert já
59 levantou um deles. Pergunta se precisamos ler item por item ou os conselheiros se sentem confortáveis
60 em analisar somente os pontos polêmicos? O Conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que devido ao tempo
61 propõe discutir somente os pontos polêmicos. A Secretária Executiva solicita a manifestação dos
62 demais conselheiros, não havendo objeção passa a palavra para Claudia Rezende, iniciar a
63 apresentação do Regimento Interno. Claudia Engenheira Ambiental do Naturatins dá bom dia a todos e
64 solicita quem tiver alteração que o faça com a sugestão de redação, para facilitar. A Secretária
65 Executiva diz que gostaria de fazer um esclarecimento sobre o Art. 4º. Diz que já foi discutido
66 anteriormente sobre o Secretário Executivo e a proposta do Corombert é que retire o texto "com direito
67 a voto", ou seja, o secretário executivo não terá direito a voto. O Artigo 4º então ficaria: o Secretário
68 Executivo será indicado pelo Presidente com aprovação de no mínimo 2/3 e sem direito a voto. O
69 conselheiro Sérgio Luis (Saúde) diz que parece que a Secretaria de Recursos Hídricos não tem
70 suplente. O conselheiro Sérgio Luis (Saúde) pergunta se Naturatins tem suplente? É informado que
71 não. O Presidente diz que a situação ficaria da seguinte forma: o Presidente só teria o voto de minerva
72 e o Secretário Executivo não tem voto. O conselheiro Corombert (Seagro) diz que no seu entendimento
73 a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, o Naturatins e ATM estão no mesmo nível, a princípio
74 um substitui o outro e subsequente vem os outros órgãos e por isso entende que a ATM é também
75 suplente. Claudia (Naturatins) diz que se tirar o voto do Secretário Executivo, o Presidente tem
76 somente voto de minerva e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável ficará sem voto, ou seja,
77 votará somente em caso de empate. A Secretária Executiva ressalta que se o Secretário Executivo será
78 indicado pelo Presidente do Conselho com aprovação de no mínimo 2/3, pode ser que o Presidente não
79 indique um representante da Secretaria, portanto, esta não terá nenhum voto, somente o voto de
80 minerva e já que a Secretaria é a principal responsável pela elaboração e implementação das políticas
81 de recursos hídricos do Estado ficaria sem voto no Conselho, então precisamos discutir, claro que o
82 Presidente sendo o Secretário de Recursos Hídricos, seria mais lógico que indicasse alguém da
83 Secretaria, mas pode ser que não. Em seguida solicita a todos que analise sob essa perspectiva. O
84 Conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que 2/3 tem vários resultados, se tiver 6 pessoas estaria implícito a
85 possibilidade de aprovação, então teria que está claro que 2/3 dos conselheiros devem estar presentes,
86 pois esta é a idéia do exercício da democracia. O Presidente diz que entende a preocupação da Senhora
87 Marli, mas que prefere conduzir o Conselho sem o voto da Secretaria, porque como responsável pela
88 condução da política isso fortalece o conselho dentro da estratégia de governo e ressalta que se sente
89 muito confortável em conduzir o Conselho sem o voto da Secretaria, isso mostra imparcialidade, lisura
90 e correção da Secretaria na condução da política. O Conselheiro Paulo Sérgio (Faet) sugere que o
91 Secretário Executivo tenha voto na ausência do Presidente, e que este possa conduzir a reunião, pois se
92 o Presidente do Naturatins não pode também, o Conselho pára. O conselheiro Vilmar (SICTUR) diz
93 que nas suas experiências em instâncias participativas isso dificulta o cumprimento da agenda,
94 especialmente se for importante e houver a necessidade urgente de decisão, e por isso se houver a
95 indicação da forma que foi colocada, a instituição fica com a capacidade de dar vazão prejudicada e
96 também fica sem a possibilidade de sanar essas dificuldades, pois alguns se aproveitam da situação e a
97 dificultam, isso não é o ideal. O Conselheiro Cássius (CREA) diz que ambas as situações cabem, e
98 tanto o Presidente ser substituído pelo Secretário Executivo ou escolhido um entre os conselheiros para
99 conduzir a reunião, pois cada um que está aqui foi indicado por uma classe e acha que todos devem ter
100 competência para tal função. A Secretária Executiva pergunta se tem mais alguma proposição? Não
101 havendo mais sugestões informa que temos duas proposições sendo: 1. Nas reuniões ordinárias e na
102 ausência do Presidente e Vice-Presidente que seja escolhido dentre os conselheiros presentes um

103 membro para conduzir a reunião e, 2. Nas reuniões ordinárias onde o Presidente e o Vice-Presidente
104 não estejam presentes, sejam substituídos pelo secretário executivo com poder de Presidente. O
105 Presidente Divaldo comenta que se é extraordinária subentende que o Presidente estará presente.
106 Cláudia ressalta que sim, pois é convocada por motivo de urgência. O Conselheiro Sérgio (Saúde)
107 pergunta se em caso de acidente que cause danos a saúde, convoca uma reunião extraordinária e o
108 presidente não está, cabe ao seu substituto imediato presidir. Cláudia diz que as reuniões ordinárias são
109 estabelecidas em calendário anual e as extraordinárias devem ser convocadas com quinze dias de
110 antecedência e nesses quinze dias esperamos que o presidente esteja presente. Sérgio Luis (Saúde)
111 pergunta se estes prazos de convocação podem ser revistos? Cláudia diz que estamos aqui fazendo
112 exatamente isso. O Presidente ressalta que se for nesse caso citado de acidente quinze dias é muito
113 tempo. Sérgio Luis (Saúde) complementa que a não ser que tenha um gabinete de crise. O conselheiro
114 Bruno (MPE) diz que existe o SIMAN para as operações de emergência, composto por diversos órgãos
115 do Estado. A Secretária Executiva pergunta se alguém quer defender a proposição um. A Conselheira
116 Marissônia (Adtur) diz que a proposição um é a mais democrática. A Secretária Executiva pergunta se
117 alguém quer defender a proposição dois. O Conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que concorda que a
118 proposição um não poderia ser mais democrática, mas que o preocupa, pois para se iniciar os trabalhos
119 teria uma discussão para se eleger o dirigente da reunião e que isso é um processo moroso, causa certa
120 insegurança nas pessoas, gera dúvidas que algumas coisas andem em caminho razoável, especialmente
121 em se tratando de decisões que objetivam a estruturação de políticas públicas, e que o espírito da
122 condução desse processo está muito incrustado no presidente e seus assessores e por isso que acha que
123 a própria secretaria executiva do conselho está muito afinada, muito sintonizada com esse espírito e as
124 vezes podemos estar abrindo espaço para polêmica, e se não tivermos uma certa atenção pode resultar
125 em uma situação desagradável, e minha posição é essa porque especialmente nesses ambientes isso é
126 uma coisa normal, não é uma exceção, as vezes aparecem pessoas que estão presente no ambiente e
127 não são alinhados com a missão, isso é lamentável mas acontece. A Conselheira Marissônia (Adtur)
128 diz que discorda do conselheiro Vilmar, pois acha que não deve pensar assim dos seus colegas, que não
129 acredita que os membros aqui indicados tenham uma postura dessas, principalmente quando se trata de
130 uma reunião que trata de políticas públicas e tomada de decisão para o estado, e acha que cada
131 conselheiro aqui deve ter sido escolhido por ser uma pessoa de confiança e também é um servidor do
132 estado, ou seja, não é uma pessoa alheia ao processo ou alguém que vá por em risco as decisões do
133 conselho. A Secretária Executiva informa que tem mais duas pessoas inscritas e que após a fala destas
134 irá encerrar essa discussão. O conselheiro Paulo Sérgio (Faet) diz que a proposição dois foi dele e que
135 foi muito bem defendida pelo Vilmar, e queria colocar mais uma coisa, que muitas vezes faz parte de
136 muitos conselhos e não tem muito tempo, então se o grupo vai perder um tempo elegendo o dirigente
137 da reunião, sendo que um quer, outro quer, acha que demora demais, e que nós não temos esse tempo
138 para demorar demais, e diz que colocou essa situação porque já aconteceu de ficarmos parado porque
139 não tinha quem presidisse a reunião e tivemos que ir embora, então se chegarmos aqui, esperar dar o
140 quorum, vamos votar para ver quem será o presidente, perderemos a manhã toda e, diz que não tem
141 tempo a perder e por isso gostaria que o Secretário Executivo tivesse o voto de minerva, por uma
142 questão de agilidade. O conselheiro Bruno (MPE) diz que acredita que por ser uma reunião ordinária
143 não é possível que não estará presente pelo menos o Secretário Executivo e que este poderá se articular
144 e evitar a ausência dos três. Paulo Sérgio (Faet) comenta que assim não tem jeito, se não tiver nenhum
145 dos três, então a reunião não pode acontecer. Bruno (MPE) diz que é exatamente o que está dizendo. A
146 Secretária Executiva pergunta se os conselheiros se sentem aptos a votar? Em seguida pergunta quem é
147 a favor da proposição um. Não houve manifestação. A Secretária Executiva coloca em votação a
148 proposição dois. O que é aprovado pela maioria dos presentes. Cláudia passa para o artigo quarto, que
149 trata da suplência do Naturatins. A Secretária Executiva pergunta se alguém quer fazer defesa de
150 proposta. O conselheiro Cássius (CREA) diz que gostaria de tirar uma dúvida, já que o Secretário de
151 Desenvolvimento Sustentável tem se mostrado muito democrático, não seria o caso do Naturatins
152 também? O suplente seria para quê? Cláudia informa que o suplente é para o caso de ausência do
153 Presidente do Naturatins. O Presidente informa que este é o único órgão que não tem suplente. Cláudia
154 informa da importância do Naturatins acompanhar as deliberações do conselho, que já tem uma pessoa
155 da Secretaria conduzindo e o Secretário Executivo é da Secretaria também, e caso o Presidente do



3/9

156 Naturatins não possa comparecer assume o suplente. Informa também que teve diversas reuniões que
157 não tinha nenhum representante do Naturatins. O conselheiro Paulo Sérgio (Faet) informa que tem uma
158 sugestão, sendo: deixa o presidente do Naturatins como substituto do Secretário. Claudia informa que o
159 Presidente do Naturatins não é substituto, ele é membro que pode vir a substituir o Presidente. O
160 conselheiro Paulo Sérgio (Faet) continua dizendo que o Naturatins não pode ficar fora da discussão,
161 então o Secretário é o presidente, depois dele é o presidente do Naturatins, não estando é o secretário
160 executivo, e no artigo quarto fica o presidente e respectivo suplente do Naturatins, ou seja, colocaria
161 um membro para ser conselheiro votante e ao presidente do Naturatins caberia substituir o Presidente e
162 o Naturatins estaria representado do mesmo jeito como membro, mas votando. A Secretária Executiva
163 chama a atenção de todos para questão de esclarecimento dizendo que o Corombert havia levantado
164 essa questão, e solicita que o mesmo repita. O Conselheiro Corombert (Seagro) informa que de acordo
165 com o artigo quarto o Secretário de Desenvolvimento Sustentável, Naturatins e ATM estão no mesmo
166 nível, ou seja, podem substituir o Presidente e que isso não impede que tenha um suplente para o
167 Naturatins, mas acha que não entra no item quatro. O conselheiro Paulo Sérgio (Faet) pergunta se
168 quando o suplente assumir ele assume os poderes de presidente? Vilmar (SICTUR) diz que a forma
169 como foi colocada na lei, não implica em alterar o nível de ninguém, todos tem o mesmo grau de
170 importância. E diz ainda que a questão do suplente para o Naturatins atende perfeitamente os objetivos.
171 A Secretária Executiva coloca em votação a inserção do suplente para o Naturatins e é aprovado por
172 unanimidade. O conselheiro Paulo Sérgio (Faet) diz que gostaria de protestar, porque sua ideia era
173 mudar um pouco, porque não ter um vice-presidente e esse vice ser o presidente do Naturatins, e então
174 fica: o presidente, o vice-presidente, o secretário executivo na composição e o Naturatins entra com um
175 representante e um suplente para poder ajudar a deliberar. O Presidente questiona se esses três teriam
176 direito a voto? O conselheiro Paulo Sérgio responde que quando estiver presidindo ele tem, quando não
177 está não tem. Sérgio (Saúde) diz que não sabe se seria necessário colocar o vice-presidente, diz que o
178 representante do órgão a quem o Secretário indicar seria o mais adequado. O conselheiro Paulo Sérgio
179 (Faet) diz que gostaria de garantir a participação do Naturatins quando for presidir, pois acha que o
180 Naturatins não pode ficar de fora da discussão, passa a ter só o voto de minerva quando ele presidir. O
181 Conselheiro Vilmar (SICTUR) informa que a proposição foi aprovada e o Paulo agora está defendendo
182 outra proposta. A Secretária Executiva questiona que uma vez colocando o Presidente do Naturatins
183 como vice-presidente e outro técnico dentro da estrutura no artigo quarto, alínea "a", o vice-presidente
184 também teria voto de desempate e pergunta como é que seria isso? O conselheiro Paulo Sérgio (Faet)
185 diz que ele só teria o voto de minerva em seguida diz que retira o que disse. Claudia continua e diz que
186 outra sugestão é o artigo 7º, § 6º, é a supressão do voto pessoal do presidente e ressalta que foi uma
187 sugestão do próprio presidente. A Secretária Executiva explica a diferença entre absoluto e simples é
188 que no absoluto todos devem estar presentes e simples é a maioria mais um. A Secretária Executiva
189 coloca em votação a proposição e é aprovada por unanimidade. O conselheiro Vilmar (SICTUR)
190 explica que em sessão plenária com a maioria absoluta dos seus membros, isso quer dizer para iniciar a
191 reunião precisa dezoito membros, e para votar quatorze, é isso que você está dizendo? Claudia diz que
192 sim e a qualquer momento qualquer membro pode pedir a contagem de votos, pois muitas vezes alguns
193 membros saem no meio da reunião. Claudia passa para o próximo item: artigo 8, inciso II, sugere
194 inserir o texto "por meio eletrônico". A Secretária Executiva coloca em votação a proposição. O
195 conselheiro Paulo Sérgio (Faet) sugere retirar o texto "impresso". O conselheiro Sérgio Luis (Saúde)
196 diz que deve deixar cópia impressa, pois pode ter algum problema com a internet, só por precaução. A
197 Secretária Executiva coloca em votação a proposta de inserir o termo "por meio eletrônico" e
198 permanecer cópia impressa. A proposta é aprovada por unanimidade. O conselheiro Vilmar (SICTUR)
199 pergunta se está aberto todas as possíveis discussões? Diz que gostaria de retomar a questão do
200 Urucuia, que é matéria passada, mas como temos novos conselheiros acredita ser importante retomar
201 esse assunto. A questão é de nós considerarmos os usuários de águas do Tocantins, das reservas de
202 águas subterrâneas, especialmente pelo uso da Bahia. Claudia pergunta se este quer fazer uma
203 proposição? O conselheiro Vilmar responde que quer saber se isto está sendo tratado no nosso
204 regimento? Explica que a situação ficou para ser definida pelo condutor da pasta de recursos hídricos a
205 respeito do uso das águas do reservatório do Urucuia para interesses do Tocantins ou contraposição ao
206 uso feito pelos estados vizinhos, especialmente a Bahia, onde os projetos de irrigação estão instalados



4/9

207 e, por uma questão de visualização de horizonte, mas é uma idéia, o objetivo do governo é
208 desenvolvimento regional e a utilização de água subterrâneas, mas alguns mananciais tem algumas
209 limitações e pergunta se não poderia tratar essa questão como prioridade? Em seguida coloca que a
210 Secretaria de Indústria e Comércio como co-responsável por essa política de desenvolvimento regional,
211 especialmente com esses dois grandes usuários que são as indústrias, principalmente as indústrias que
212 utilizarão a irrigação como sistema de produção agrícola e também as indústrias de "base" que utilizam
213 grande volume de água, isso permite ser colocado em discussão, mas eu creio que com o tempo, não é
214 um assunto tão urgente, devemos nos interar do assunto para começar a discussão. A Secretária
215 Executiva diz que pelo que entendeu não é uma proposição. O conselheiro Sérgio Luis (Saúde) diz que
216 pode ser um item de pauta para as Câmaras Técnicas. Claudia (Naturatins) diz que gostaria de fazer um
217 comentário para os novos conselheiros. Diz que essa proposta de regimento foi discutida pelo grupo de
218 trabalho composto pela Secretaria de Meio Ambiente, Naturatins, Ministério Público do Estado,
219 Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Saúde, então nós fizemos um levantamento em
220 vários regimentos do país e esse é o resultado do trabalho deste grupo e a outra questão é só lembrar
221 que os conselheiros fazem parte de uma estância muito importante que é a política de recursos hídricos
222 do estado. O Conselho de Recursos Hídricos do Estado é um órgão superior de caráter consultivo,
223 informativo e deliberativo é só para evidenciar a importância do trabalho de vocês, a participação nas
224 câmaras técnicas, o trabalho de discussão do assunto, isso faz com que todos os conselheiros cresçam
225 em conteúdo, no conceito e isso é muito importante e eu quero parabenizar também pela evolução que
226 nós tivemos aqui no nosso conselho, isto aqui é um fato histórico. O Presidente diz que foi
227 desenterrado um defunto de quatro anos. O conselheiro Corombert (Seagro) diz que tem algumas
228 considerações: no artigo 23 inciso II - *compete à câmara técnica*, diz não concordar ou pelo menos
229 não entendeu, que a câmara técnica emite um relatório sobre o discutido e esse parecer vai para o
230 conselho, e não é a câmara técnica que tem o poder de decidir, e no IV também quem aprova é o
231 conselho. O relatório quem aprova é o conselho a câmara só emite um parecer. O parágrafo segundo eu
232 não entendi o que é voto de qualidade? Claudia (Naturatins) explica que no âmbito da câmara técnica
233 ela tem o poder de decidir e aprovar a matéria a ela encaminhada e o voto de qualidade é do
234 coordenador da câmara, que seria o mesmo que desempate, isso no âmbito da câmara. O conselheiro
235 Corombert (Seagro) sugere então trocar o voto de qualidade por "voto de desempate". Claudia enfatiza
236 que a decisão da câmara não afeta a competência do conselho. A Secretária Executiva coloca em
237 votação os pontos levantados por Corombert que são: retirar do artigo 23 inciso II as palavras
238 DECIDIR, e do inciso IV APROVAR. O conselheiro Sérgio Luis (Saúde) diz que a câmara tem que
239 decidir e aprovar o parecer. O conselheiro Joseano (Comunidade Científica/Unitins) diz que a câmara
240 técnica deve fazer um parecer quem decide é o conselho. O Presidente diz que pelo que entendeu a
241 câmara técnica decide em relação ao tema que lhe foi dado, agora poder de decisão é do conselho, mas
242 tem que deixar isso claro, porque quando fala decidir no âmbito da câmara técnica é porque tem que ter
243 um consenso. O conselheiro Joseano (Comunidade Científica/Unitins) diz que o parecer é o produto
244 dessa discussão. O conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que o parecer pode ser emitido como situação de
245 empate e não deixa de ser parecer, nós temos situações de desequilíbrios dentro da câmara técnica e
246 não deixa de ser um parecer, então a idéia é que a câmara não traga para o conselho uma situação de
247 dúvida, uma situação indecisa, o conselho não tem que voltar a estudar o problema na profundidade
248 que é competência da câmara técnica, ou seja, o conselho não precisa rever toda a problemática. A
249 questão da decisão na esfera de competência da câmara é apenas no grau de autonomia de decisões da
250 câmara e vem para tratar com responsabilidade do que foi estudado tecnicamente e foi tomado um
251 decisão que o conselho refuta ou não de acordo com o entendimento e a responsabilidade que foi
252 analisada pela câmara, para que o conselho não tenha que ficar colocando em discussão porque um
253 membro da câmara discordou do problema, pois no mesmo nível a câmara técnica também é
254 representada por diferentes instituições, sendo que o papel do conselho é decidir o que a câmara técnica
255 discutiu e dá seqüência, e entende que a expressão decidir e aprovar não estão impróprias, a câmara
256 técnica tem suas responsabilidades e tem que levar para a plenária uma decisão, significando que o que
257 ela decide não terá resultado se não passar pela aprovação do plenário que é a instância maior. A
258 Secretária Executiva coloca em votação: primeira proposta: permanecer como está sugerido no texto e
259 segunda proposta: retirar do art. 23, inciso II as palavras DECIDIR, e do inciso IV APROVAR. A

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. On the right, there is a circled signature with the number '5/9' written above it.

260 primeira proposta é aprovada com quatorze votos a favor e uma abstenção. A Secretária Executiva
261 declara aprovada a primeira proposta e informa que a outra proposta é substituir no artigo 23, parágrafo
262 segundo, o texto “voto de qualidade” por “voto de desempate”. É colocada em votação a proposta de
263 modificação e é aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva pergunta aos conselheiros se tem
264 mais algum ponto que necessite discussão? O conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que gostaria de fazer
265 um comentário, ressalta que nenhuma matéria decidida nas câmaras técnicas está implícito que o
266 plenário deve acatar, qualquer matéria pode ser revista ou rejeitada pelo plenário, diz que é importante
267 que isso fique claro. A Secretária Executiva questiona se alguém tem mais algum ponto? Não havendo
268 manifestação declara aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O
269 Presidente diz que está muito animado, e que gostaria de colocar as estratégias da Secretaria, ou seja, o
270 que pretendemos fazer na gestão dos recursos hídricos, e uma das ferramentas é fortalecer o conselho,
271 capacitar os conselheiros para termos uma dinâmica diferente e informa que está na expectativa de
272 criação de quatro comitês de bacias hidrográficas no Estado e que isso é uma responsabilidade muito
273 grande e serão os primeiros comitês da região norte, para se ter uma idéia da importância desse
274 processo no cenário nacional. Informa que essa a linha de política da Secretaria e vai desempenhar
275 junto com todos vocês, com responsabilidade e comprometimento. As questões relacionadas aos
276 projetos de irrigação, Manuel Alves e São João está avançado, mas com muitos problemas. Tivemos
277 uma conversa com todos os envolvidos para que pudéssemos sanar todos os problemas e caminhar para
278 a próxima etapa. Diz ainda que está reiniciando o projeto Sampaio, que também teve muitos
279 problemas, muita polêmica e pretende avançar e concluir esse projeto ainda nessa gestão. Em linhas
280 simples estamos numa retomada significativa de todos os projetos e ações e dentro da nossa estratégia
281 o conselho é extremamente importante para essa política. Continua dizendo que vai trabalhar de forma
282 positiva com todos e com o Naturatins e gostaria de aproveitar a oportunidade para informar que dia 22
283 de março começa a Semana Estadual da Água junto com diversos parceiros, para chamar a atenção
284 para esse tema e diz que o presidente da ANA estará presente e coloca a Secretaria à disposição e que
285 está aberta a novos projetos, novas idéias para buscar soluções que realmente possam resolver as
286 questões referentes a recursos hídricos. E seguindo a pauta informa que a palavra está aberta. O
287 conselheiro Bruno ((MPE) diz que gostaria de saber como está o plano estadual de recursos hídricos?
288 O Presidente diz que o plano tem uma primeira versão que está sendo revisada e a vontade da
289 Secretaria é discutir esse plano nas regiões norte, centro e sul do estado. Diz que a primeira versão está
290 sendo concluída, a Secretaria ainda não recebeu, mas será distribuída para os diferentes atores e será
291 marcada uma reunião para avaliação estratégica para verificar se o plano se insere dentro do que
292 estamos pensando ou como poderemos melhorar. O conselheiro Bruno (MPE) diz que este já estava no
293 final e pergunta se será retomado? O Presidente esclarece que não será retomado, o que queremos é
294 que o plano seja discutido na sociedade, pois teve muito pouca discussão nesse sentido, especialmente
295 nas áreas potenciais de irrigação, não estamos descartando o que foi feito, queremos reforçar e
296 melhorar, mas com conhecimento público, com conhecimento das comunidades do Manuel Alves,
297 região da Lagoa, Pium, aonde esse potencial de irrigação vai acontecer. O conselheiro Vilmar
298 (SICTUR) diz que falou em Pium e Lagoa e isso o preocupou, pois está na Coordenação da Câmara
299 Técnica de Assuntos Jurídicos do CERH analisando a criação dos comitês de Formoso e Manuel
300 Alves, e se vai iniciar essa discussão talvez a agenda que nos foi colocada para dia 22 de março, não
301 seja adequada em função de questionamentos que possam surgir depois dessas discussões do Plano. O
302 Presidente diz que estamos falando de duas coisas diferentes, um é o plano de irrigação e outro é o
303 plano de recursos hídricos, ou seja, são dois planos que terão uma convergência e a idéia é que estejam
304 sintonizados. E como sintonizar isso? Diz que sintonizamos dentro da visão do poder público e dentro
305 do interesse da sociedade. A questão dos comitês de bacias é uma discussão iniciada há muito tempo,
306 acho que está no momento adequado para avançar e acha que faremos história com esse avanço e
307 completa dizendo que é importante estar atento as estas questões. O Presidente coloca-se à disposição
308 para atender qualquer demanda. O Conselheiro Paulo Sérgio (Faet) diz que gostaria de parabenizar a
309 forma democrática como foi conduzida as discussões. O conselheiro Cássius (CREA) pergunta sobre a
310 situação da infraestrutura hídrica, se continua na Secretaria? E diz que a pergunta é em função de até o
311 ano passado o Naturatins estar vinculado ao Gabinete do Governador e sentíamos muita dificuldade na
312 elaboração de políticas e na execução e solicita ao presidente que fale um pouco sobre isso. O

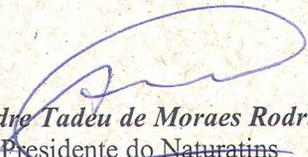


6/9

313 Presidente informa que a Secretaria está muito alinhada com o Naturatins, e que as licitações de obras
314 sempre foram licitadas na Secretaria da Infraestrutura e que o orçamento para estas obras está todo na
316 Secretaria, então não temos como desvincular dos procedimentos de obras, por uma questão prática as
317 obras de continuarão na infraestrutura e a Secretaria acompanhará isso. E está trabalhando muito
318 alinhado com o Naturatins, nos conselhos de meio ambiente e recursos hídricos, no licenciamento das
319 propriedades rurais, que é uma inovação e em estratégias conjuntas, enfoca que neste governo os
320 órgãos estão conversando e este é um diferencial, que ganha eficiência. Diz que estão tentando
321 valorizar a Unitins, buscar a responsabilidade no processo de desenvolvimento local. Mas quanto ao
322 processo legal, estamos aguardando algumas definições. O conselheiro Vilmar (SICTUR) diz que
323 também gostaria de parabenizar a Secretaria por esse processo e que gostaria de dizer que a Secretaria
324 de Indústria e Comércio, mesmo que pareça que navega contra a maré, não é assim, temos a
325 preocupação com o desenvolvimento industrial sustentável, estamos atentos a essa tendência, a esta
326 responsabilidade e fazemos cobrança com relação aos empreendimentos que são primeiramente
327 responsabilidade ambiental e segundo o social, pois sem esses dois incentivos, não temos interesse e
328 não podemos desenvolver incentivos fiscais para empresas que não estiverem embasadas nessa
329 preocupação e que a Secretaria de Indústria e comércio está à disposição. O Presidente diz que temos
330 um desafio muito grande junto com a Indústria e Comércio com relação aos perímetros irrigados e que
331 não está nadando contra a maré não, mas que a nossa intenção é que os nossos perímetros irrigados
332 sejam pólos agroindustriais sustentáveis e ressalta que este é o caminho e que a intenção é trabalhar
333 com todos que possam contribuir. A Secretária Executiva informa que tem um último ponto de pauta
334 que seria sobre a reunião extraordinária para o dia 14/03/11, para tratar da criação dos comitês de
335 bacias. Em seguida coloca em votação e é aprovada por unanimidade. Em seguida passa a palavra ao
336 Presidente que agradece a presença e solicita o comprometimento de todos para avançar na política de
337 recursos hídricos e encerra a reunião. Assim sendo, eu, Marli Teresinha dos Santos, Secretária
338 Executiva do CERH, lavrei a presente ATA, que uma vez aprovada pelo plenário do CERH, será
339 assinada por mim, pelo Presidente do Conselho e demais conselheiros.

Divaldo Rezende
Presidente

Marli Teresinha dos Santos
Secretária Executiva


Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Presidente do Naturatins

Pedro Rezende Tavares
ATM

Coraci Lima Marques
ATM

Jaime Café de Sá
SEAGRO


Corambert Leão de Oliveira
SEAGRO

Ana Lídia de Freitas Rezende
SECT

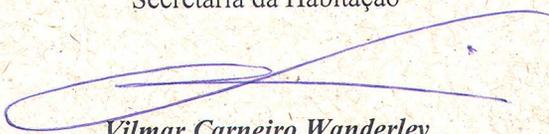
Joana Dias de Sousa
SECT

Wagner Borges
SEFAZ

José de Ribamar Rocha Costa
SEFAZ

Luis Hildebrando Ferreira Paz
Secretaria da Habitação

Eleana Patta Flain
Secretaria da Habitação


Vilmar Carneiro Wanderley
Secretaria de Indústria e Comércio

Félix Valois Guará Bezerra
Secretaria de Indústria e Comércio

Euclides da Costa Andrade
Secretaria de Infraestrutura

Miguel Ângelo de Negri
Secretaria de Infraestrutura

David Siffert Torres
Secretaria do Planejamento

Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento

Sérgio Luís de Oliveira e Silva
Secretaria da Saúde

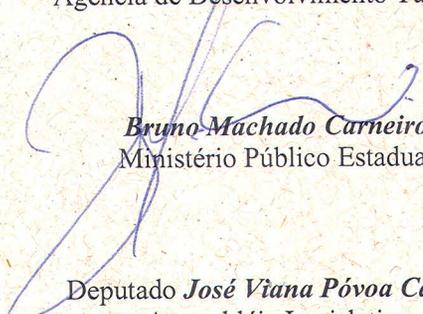
Adriane Feitosa Valadares Cavalcante
Secretaria da Saúde

Anuar Jorge Amaral Cury
Procuradoria-Geral do Estado

Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Procuradoria-Geral do Estado

Marissônia Lopes de Almeida
Agência de Desenvolvimento Turístico

Erick da Silva Santos
Agência de Desenvolvimento Turístico


Bruno Machado Carneiro
Ministério Público Estadual

Marcos Antonio Oster
Ministério Público Estadual


Deputado **José Viana Póvoa Camêlo**
Assembléia Legislativa

Deputado **Raimundo Ulisses Wilson Sampaio**
Assembléia Legislativa

Joseano Carvalho Dourado
Comunidade Científica

Edivaldo Alves dos Santos
Comunidade Científica

Raimundo Nonato da Silva Machado
Saneatins

Paulo de Tarso Pereira Bandeira
Saneatins

Helmuth Alberto Markies
CELTINS

Miguel Pinter Júnior
CELTINS

Airton Teixeira
FAET

Paulo Sérgio da Rocha
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Vicente França Silva
FETAET

Roberto Magno Martins
FIETO

José Roberto Fernandes
FIETO

Sandra Regina Sonoda
Organizações Civas de Recursos Hídricos

Edgar Mascarenhas Tavares
Organizações Civas de Recursos Hídricos

Roberta Maria Pereira Castro
CREA

Cassius Ferreira Gariglio
CREA

Tarlis Junqueira Caleman
AHITAR

Flávia Oliveira dos Santos
AHITAR

Lúcia Leiko Tacaoca Muraiishi Garcia
Organizações Não-Governamentais/GAIA

Jonathan Laranjeira Luciano
Organizações Não-Governamentais/EKOS

Instituições Ausentes:

1. Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins
2. Associação Tocantinense de Municípios – ATM
3. Secretaria do Planejamento
4. Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
5. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins – FETAET
6. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO
7. Organizações Não-Governamentais/GAIA/EKOS